

**DESCRIÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL - CCE E FCE - NÍVEIS 11 A 17**  
**(PORTARIA Nº 13.400, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019)**

<b>DO CARGO</b>	
<b>Nome do cargo</b>	Assessor Especial
<b>Nível do cargo</b>	CCE 2.15
<b>Órgão de atuação</b>	Ministério das Comunicações
<b>Requisitos Legais</b>	
<p>- <a href="#">Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</a>: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;</p> <p>- <a href="#">Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023</a>: Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.</p> <p>- <a href="#">Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021</a>: Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargas em comissão e funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundamental, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.</p> <p>- <a href="#">Portaria MCOM nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023</a>: Aprova o Regimento Interno do Ministério das Comunicações e divulga o quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do órgão.</p>	
<b>DAS RESPONSABILIDADES</b>	
<b>Principais responsabilidades</b>	<p>Promover a articulação com os titulares das unidades do Ministério sobre os assuntos submetidos à consideração do Ministro de Estado;</p> <p>Realizar a gestão do atendimento às consultas e aos requerimentos formulados ao Ministro de Estado;</p> <p>Assistir o Ministro de Estado, no que couber, em suas manifestações relativas às atividades administrativas dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério;</p> <p>Coordenar as atividades de acompanhamento da tramitação dos expedientes de interesse do Ministério junto a outros órgãos e entidades da União, e demais entes federados; e</p> <p>Representar o Ministro de Estado, por designação específica, nos comitês, nas comissões e nos grupos de trabalho relativos à segurança institucional e de cunho administrativo;</p>
<b>Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho</b>	Por se tratar de cargo de assessoria, não há atuação de coordenação de equipe.
<b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b>	
<b>Formação e Experiência</b>	<p>Graduação - Bacharelado em Direito.</p> <p>Profissional com mais de 20 anos de experiência no serviço público, tanto no executivo quanto no legislativo, atuando nas áreas de assessoria parlamentar, assessoria jurídica e como secretário parlamentar, realizando pesquisas de jurisprudência, tomando conhecimento das possibilidades de interpretação das</p>

	leis para cada caso específico, analisando minuciosos documentos, buscando a resolução imediata em caso de discrepâncias.
<b>Competências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ética profissional no exercício da função;</li> <li>- Facilidade com o uso de plataformas digitais jurídicas;</li> <li>- Pensamento crítico;</li> <li>- Análise de documentos;</li> <li>- Proatividade;</li> <li>- Trabalho em equipe; e</li> <li>- Visão sistêmica e estratégica;</li> </ul>
<b>Outros Requisitos</b>	Profissional capaz de auxiliar na rotina diária e oferecer um serviço de qualidade, buscando soluções aos problemas apresentados. Eficiente e com boas habilidades de relacionamento interpessoal, que contribuem para a prestação de um serviço de excelência e para suporte ao dirigente e à equipe em tarefas diversas, visando colaborar efetivamente com a rotina de trabalho.